

— por uma universidade popular —

A OUTRA FACE DA REFORMA...

OS FACTOS...

No Instituto Industrial

Na manhã do dia 14 iniciou-se uma RGA no IIL, na qual os estudantes iam discutir os problemas relacionados com o encerramento da sua Associação, com a recusa de entrega de instalações existentes no "novo" IIL, com as suspensões de nove colegas e, por fim, com a política de reforma do MEN e suas ligações à política actual de repressão sobre as AAEE.

A polícia, chamada pelo Director do Instituto, interveio no sentido de impedir a realização da reunião, tendo-se travado luta de que resultaram alguns feridos e um estudante preso que foi mais tarde posto em liberdade.

Na Cidade Universitária

A tarde do mesmo dia, na faculdade de Direito, realizou-se uma RGA para decidir de medidas a tomar face à não homologação de um membro da Direcção e de outro da mesa da AG. O Director dirigiu-se à reunião, que decorria no átrio da faculdade, e declarou que esta não se poderia efectuar naquele local. Um estudante disse polidamente ao Director que se inscrevesse antes de falar. O Director retirou-se e os estudantes, de acordo com a decisão tomada anteriormente, continuaram naquele local a RGA. A reunião decorreu pouco tempo, pois, ao fim de alguns minutos, a polícia de choque, sem pré-aviso, irrompeu pela faculdade e carregou selvaticamente sobre os estudantes. Estes escaparam-se pelos corredores, dirigindo-se alguns deles para a Associação e outros para a biblioteca, sempre carregados pela polícia que ocupou durante algum tempo a Associação. Resultado do embate: vários colegas feridos (um deles amnésico) e dois presos (libertados alguns dias depois).

Em virtude destes acontecimentos, no Técnico formam-se piquetes de informação que, durante toda a tarde, informam nas turnas o que se estava a passar.

(cont. na pag. 2)

Os "NOVOS MESTRES" em acção numa Universidade em "reforma permanente"

...E A SUA INTERPRETAÇÃO

Não vamos repetir neste momento todo um conjunto de análises que levam a inferir a importância e o significado político da Reforma, assim como os seus indícios, ainda durante o ministério Saraiva. Todas estas questões já foram mais do que discutidas e analisadas para podermos ter uma certeza.

A Reforma é importante para o desenvolvimento industrial, inerente à actual fase da evolução do capitalismo em Portugal. Este é um ponto em que todos os grupos no poder estão de acordo, a minoria de docentes que se lhe opõe, fá-lo mais na defesa dos seus privilégios (cátedra vitalícia, etc.) do que propriamente por recusa à Reforma.

E porém importante focar alguns aspectos da política governamental de Reforma face à educação, após a entrada de Veiga Simão para o ministério, como condição para podermos compreender as razões e o significado da actual vaga repressiva que se abate sobre o movimento estudantil (polícia no Comercial e Industrial, massacres de Direito e da Cantina, etc.).

Desde o início o ministro foi claro, para aplicação da reforma era necessária "paz" na universidade. Assim pretendendo-se por um lado que a força do movimento sindical sirva para ajudar a liquidar toda a ala mais reacio-

nária do corpo docente, coisa dos seus privilégios feudais, tenta-se para outro lado mantê-lo dentro dos seus estreitos limites que não ponham em causa essa política de Reforma; não discutir a situação e as condições de vida do povo português; não contestar as "reformas feitas" que nos são impingidas pelo corpo docente (caso do Técnico) etc..

Os objectivos da política educacional do governo — e dizemos da política do governo porque nos parece ter ela no conjunto uma unidade e um significado: é a plataforma política entre os diversos grupos no poder (que têm algumas contradições entre si como é natural) e não um somatório de políticas independentes das várias forças mais ou menos "liberais" — são portanto o de tornar o ensino uma máquina a funcionar eficazmente e em pleno, adaptadas às actuais necessidades da burguesia portuguesa.

Para isso o ministro Veiga Simão (e o grupo de tecnocratas do GEPAE) traçou uma estratégia que poderemos resumir da seguinte forma:

— Lançamento das bases legais de reforma, que no entanto só mais tarde e gradualmente serão concretizadas (Decretos sobre a Reforma do ensino, etc.).

(continua na última página)



Resumo dos Acontecimentos dos Últimos Dias

(continuação da página anterior)

Novamente a polícia na Cidade Univers.

Em consequência destes factos, as AAE reuniram e decidiram convocar um Plenário a efectuar na sexta-feira, 15, pelo meio-dia, em frente à reitoria da Universidade Clássica. Quando os estudantes se reuniam, apareceu a polícia de choque, com efectivos consideráveis (20 carrinhas com cães e espingardas), que carregou sobre os estudantes espancando-os "aparentemente" sem qualquer razão (alguns colegas, depois de caírem no chão, continuaram a ser espancados) mas com uma intenção bem clara: intimidar os estudantes, dispersá-los e impedir a realização do Plenário. Em seguida a polícia invadiu a Cantina, onde se encontravam principalmente estudantes a almoçar. A entrada da polícia e a sua acção provocaram o pânico dentro do edifício. Parte dos estudantes refugiou-se atrás de bericadas com mesas e cadeiras; outros tentaram fugir pela porta, tendo de atravessar um "corredor da morte" formado por cerca de vinte polícias; outros ainda precipitaram-se através das janelas partindo os vidros.

Destas intervenções resultou um número de feridos superior a 30 (6 com certa gravidade, incluindo uma colega grávida que abortou pouco depois) e a prisão de vários estudantes.

Entretanto, grande parte dos estudantes começou a concentrar-se em Medicina, onde se realizou uma reunião que decidiu convocar o Plenário para a 2ª feira seguinte e lançou a palavra de ordem de boicote às aulas em todas as escolas até ao Plenário. O boicote foi cumprido integralmente. Ficou ainda decidido realizar RGA's em todas as escolas para informações e análise dos acontecimentos.

O Director do IST ameaça os estudantes

Em RGA realizada no Técnico na tarde desse dia, com boicote a todas as aulas que se realizavam no Instituto, perante a presença de grande número de estudantes foi aprovado o seguinte:

-Greve activa até resolução em contrário

-Ocupar o dia seguinte (sábado) do seguinte modo:

10 h - Reuniões sobre situação política em Portugal, luta operária e luta estudantil e reforma e repressão.

12 h - Nova RGA

Foi aprovada ainda uma proposta no sentido de os estudantes não consentirem que se exija qualquer tipo de repressão sobre estudantes ou estruturas estudantis.

Enquanto decorria esta reunião, o Director, prof. Fraústo da Silva, ameaçou os estudantes de chamar as autoridades se estes não abandonassem o Pavilhão Central, local onde se realizava a reunião. Os estudantes não só não abandonaram o pavilhão como ainda ocuparam o Salão Nobre, para aí continuar a RGA. O Director não chamou as autoridades, mas ao fim da tarde enviou uma carta ao Presidente da AEIST, cujo texto integral já foi publicado num suplemento informativo, em que ameaçava com processos-crime e processos disciplinares os estudantes que impedissem o funcionamento das aulas. De notar ainda que no decorrer da reunião o Director disse que nunca mais compareceria numa RGA.

Apesar das ameaças, o boicote do dia seguinte no IST realizou-se plenamente e com larga participação de estudantes. Realizaram-se também várias reuniões simultâneas versando os temas propostos. Na RGA foi dada ampla informação e feita uma breve análise da situação. A tarde realizaram-se várias reuniões de curso.

O encerramento do Técnico

No dia seguinte (Domingo) foi divulgada nos jornais uma nota da Direcção do IST, encerrando o Instituto "sine die", devido a "ter-se tornado difícil assegurar o adequado funcionamento das aulas e de outros trabalhos escolares", confirmando assim os boatos que corriam desde o dia anterior.

Em face da situação, as comissões de curso do Técnico reuniram nesse mesmo dia em Ciências para programar as actividades para o período de encerramento do IST (possível realização de cursos livres e RGA para o dia seguinte).

O novo Plenário

Na segunda feira realizou-se, conforme decidido anteriormente, o novo Plenário dos estudantes de Lisboa, desta vez na faculdade de Ciências. A polícia não interveio, embora rondasse o local com grande aparato. Aí, os estudantes aprovaram nova ida ao MEN, na 3ª feira seguinte, dos presidentes das AAE, a fim de expor e exigir a solução imediata das reivindicações apresentadas pelos estudantes (normalização da vida associativa, abertura da ADAHL, homologação dos corpos gerentes de Direito, levantamento das suspensões, libertação dos estudantes presos recentemente, etc.) e contrapor aos projectos do MEN a discussão generalizada a todos os níveis durante o tempo de aulas) de situação repressiva.

Cursos livres no IST - resposta ao encerramento do Instituto

A tarde desse mesmo dia realizou-se em Económicas uma reunião dos alunos do Técnico para análise da situação actual, tomada de posição face a possíveis medidas repressivas e estruturação do trabalho interno durante o encerramento do Instituto. O local da reunião foi Económicas pois esperava-se que estando o IST encerrado, estivesse também a Associação, o que de facto não veio a verificar-se, estando apenas impedido pelos continuos o acesso de qualquer estudante à secção de Folhas, durante dois dias.

Foram aprovadas nessa reunião propostas exigindo a abertura do Técnico, repudiando as ameaças do Director, reafirmando o apoio dos estudantes à Direcção da AEIST e assumindo

colectivamente a inteira responsabilidade por toda a movimentação havida no Instituto. Como forma imediata de trabalho interno, propôs-se a formação de cursos livres (conforme proposta da Direcção). Para arranque do trabalho, tentou-se organizar estes cursos de modo a conduzir a um mínimo de dispersão, tendo-se para isto, numa fase inicial, agrupado os cursos propostos do seguinte modo:

- Ciências exactas
- Ciências sociais
- Tecnologia

Decidiu-se ainda convocar uma RGA para 6ª feira seguinte às 10 horas no Técnico.

O MEN recusa-se a receber os estudantes

No dia seguinte, terça-feira, cerca de 1000 estudantes concentraram-se em frente ao ministério, para mostrar a sua coesão face à arbitrariedade e à repressão, apoiando os seus dirigentes. Posteriormente, dirigiram-se a Veterinária onde aguardaram o resultado da audiência. Nesse momento, um grupo de estudantes manifestou-se, estilhaçando os vidros da embaixada dos EUA, perto de Veterinária.

Recebidos os dirigentes pelo secretário do Ministro - mais uma vez o MEN se recusou a receber os estudantes - foi-lhes dito que seria dada uma resposta pelo telefone ainda nessa tarde. Nessa resposta afirmou o Men que só receberia a delegação de estudantes se fosse acompanhado pelos reitores e directores das faculdades e só depois de normalizada a vida académica.

Entretanto a repressão continuava a exercer-se sobre os estudantes:

quatro suspensões em Direito

mais uma no Industrial

prisão de dois estudantes durante a concentração, de outro à saída de Económicas

novos processos disciplinares, etc.

No seguimento ainda das decisões do Plenário, realizou-se na quarta feira um comício na Cantina da Cidade Universitária, com largas centenas de estudantes, onde se procuraram formas de alargar toda a discussão ao ensino secundário.

Nas escolas fizeram-se, entretanto, interrupções de aulas com informações, reuniões de curso, cursos livres, etc, de modo a promover uma mais ampla participação das massas estudantis, articulando a prática (as aulas) com toda uma perspectiva global do funcionamento da Universidade e da sociedade, em suma.

Início dos cursos livres no Técnico

Neste mesmo dia iniciaram-se os cursos livres no Técnico. Os cursos ficaram estruturados do seguinte modo:

Ciências Exactas subdividiu-se num grupo sobre estrutura da Matéria e outro sobre Mecânica Clássica.

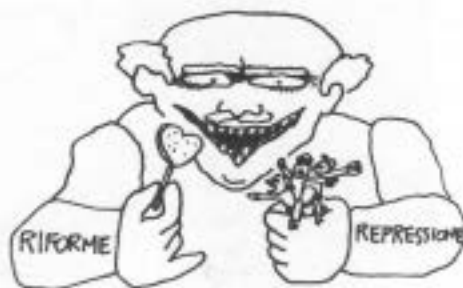
Ciências Sociais dividiu-se em quatro grupos: a Família, a Empresa, situação política actual e evolução histórica da sociedade.

O grupo de Tecnologia funciona em bloco, estudando a perspectiva histórica da Tecnologia, as condições de trabalho na fábrica e a crítica às cadeiras de Tecnologia do IST.

Estes grupos tiveram já várias reuniões com ampla discussão dos temas em estudo.

O MEN toma as "providências eficazes"

Quinta feira à noite e na manhã do dia se-



(continua na pag. 4)

**ATENÇÃO!
CURSOS LIVRES**

INFORMA-TE DAS REUNIÕES NO BAR DA AEIST

OS CURSOS LIVRES FORAM, DURANTE O ENCERRAMENTO DO TÉCNICO, UMA TENTATIVA DOS ESTUDANTES RESPONDEREM A ESSA MEDIDA DA DIRECÇÃO DO I.S.T. COM A REABERTURA DAS AULAS HÁ NECESSIDADE DA SUA REORGANIZAÇÃO ADAPTANDO-OS ÀS NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ESTÃO A FUNCIONAR CURSOS LIVRES SOBRE

- TECNOLOGIA
- A FAMÍLIA, A DEPRESSÃO FAMILIAR.
- CIÊNCIAS EXACTAS
- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE.

COMPARECE ÀS REUNIÕES!
INFORMA-TE NO BAR DA AEIST



UNA PROFESSORA MUITO "MÁ" OU DAS CONTRADIÇÕES (SECUNDÁRIAS) DE S. BENTÓ

● -O PAÍS NÃO PODE TOLERAR AGITAÇÕES E DEPREDações.

O orador, entretanto, foi interrompido pelo seu colega Roberedo e Silva (Guarda), que observou:

«Tenho seguido com a maior atenção as judiciosas e corajosas considerações de V. Ex.ª. Desejaria, no entanto, aproveitar para dizer, já que me é consentida a oportunidade, que foi cheio de esperança que eu, e creio poder afirmar todos os portugueses de boa vontade, seguimos, nesta grave perturbação estudantil, a clemência do renovado Chefe de Estado e a imensa tolerância e desejo de franco diálogo e as profundas reformas já anunciadas pelo Governo, nomeadamente pelo senhor ministro da Educação Nacional.

«Todavia, os poucos estudantes que fazem da sua vida académica campo de nítida actividade subversiva, prejudicando a esmagadora maioria dos seus colegas, não quiseram compreender tanta generosidade, e reagiram negativamente. Ora o País, nesta fase difícil que atravessa, não pode tolerar agitações e depredações que prejudicam a paz nos espíritos e nas ruas, sem a qual a Nação não pode prosperar.

«Depois, esta minoria de jovens ~~desagregados~~ esquece-se de que da sua geração sairão os homens de amanhã e que, sem preparação técnica e cultural e sem a formação moral mínima que lhes têm de ser requeridas, não estão em condições de ocupar os altos postos que os esperam na administração.

Acompanho pois V. Ex.ª, pedindo a atenção do Governo para esta situação inconcebível e para as repercussões que dela resultam até para a defesa do Ultramar».

● DIALOGO DE DOIS DEPUTADOS SOBRE A AGITAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O diálogo prosseguiu. O deputado Barreto Lara acrescentou:

«As palavras que V. Ex.ª acaba de proferir e que muito agradeço, eu queria acrescentar um aparte, relatando um facto que se passou com o filho de um amigo meu, cujo nome peço desculpa de não revelar pois não sou delator: — a uma criança

VEXA DÁ-ME LICENÇA?



de 12 anos foi dito pela sua professora que policiais drogados haviam espancado vilmente inocentes estudantes. Este facto é gravíssimo. Ainda não sei que atitude tomarei depois de o ter ouvido, mas estou a reflectir maduramente e a ponderar sobre o que hei-de fazer.

Porém e já de alguma sorte inspirei aquilo que hoje aqui estou a dizer».

— Casal Ribeiro: — V. Ex.ª dá-me licença?»

Barreto Lara: — Faça favor».

Casal Ribeiro: — «Quem é que estava drogado? E que, desculpe, não ouvi bem».

Barreto Lara — Eu disse «policiais drogados».

Casal Ribeiro — «Policiais drogados a bater em estudantes inocentes...»

Barreto Lara — Repito, Sr. Deputado: uma professora de certo estabelecimento de ensino disse a uma criança de 12 anos que policiais drogados bateram em estudantes inocentes».

— Barreto Lara — Vou terminar significando que é tempo de reagir e de se defender esta terra toda, pondo-a bem à mostra. A capacidade de compreensão, de tolerância e de resistência, estão prestes a atingir os seus limites.

E parafraseando o ilustre colega que acaba de falar perguntarei, também: — Até quando, ó Catalina, abusará da boa paciência?»

OS ACONTECIMENTOS NOS ULTIMOS DIAS

(continuação de pag. 2)

quinte é divulgada uma nota do Ministro da Educação em que se dizia que urgia "tomar providências para pôr termo a esta situação e para defesa das liberdades individuais de professores e alunos, prejudicados pela interrupção dos trabalhos escolares". Dizia esta nota que "as Associações de Estudantes, nomeadamente através das publicações que elaboram e distribuem, têm vindo a desenvolver cada vez mais intensamente actividades de natureza política, fazendo propaganda revolucionária e destrutiva, com sistemático recurso à prática de ilegalidades e progressivo abandono da defesa dos interesses dos seus sócios e de um diálogo construtivo que o Ministro da Educação Nacional tem incessantemente procurado que se estabeleça" (sic - sublinhado nosso).

O Men afirma então ter decidido adoptar uma "linha uniforme de conduta" para toda a Universidade, salientando os seguintes aspectos: "todos os crimes praticados devem ser comunicados à Polícia Judiciária", "todas as infracções disciplinares darão lugar aos correspondentes processos disciplinares", "a gravidade de certas infracções (...) determinará a suspensão imediata dos responsáveis", sempre que houver obstrução às aulas que se mande "afixar o sumário da lição, considerando o seu conteúdo matéria para exame", "as cantinas não podem servir para fins diferentes daqueles a que se destinam, pelo que terão de ser encerradas, (...) se forem usadas para outros fins", "desde que as autoridades académicas se vejam impossibilitadas de manter a disciplina nos edifícios públicos que lhes estão confiados, o restabelecimento da ordem será assegurado pela autoridade competente".

O JULGAMENTO (CONCLUSÃO)

riada com os nossos colegas, que afirmaram nunca a ter visto, não a conhecendo portanto. Dado que alguns autos tinham sido assinados ao domingo, os advogados perguntaram o horário de trabalho do agente, tendo este afirmado não ter horário certo. Quanto ao facto, afirmando pelos nossos colegas, de as declarações terem sido extraídas por coacção, nada sabe sobre o assunto, pois só esteve presente nos 5 minutos que mediaram a leitura dos autos e a assinatura. Não conhece nenhum facto ou prova material em que se apoiaria a acusação.

A 28, testemunha de acusação: Idem, mas era conhecida pelo Ezequiel e a Fernanda uma só vez, pois que só esteve quando da busca a casa deles. Instada sobre o mandato de busca que não figura no processo, disse que existia, mas que não sabe por quem foi assinado. Quanto ao critério que presidiu à busca disse desconhecer pois eram instruções do inspector.

Os advogados perguntaram então porque é que segundo informação dos nossos dois colegas, este tinha participado na busca e até separado da estante um livro de André Marschal que posteriormente alguém teria dado ordem para não ser apreendido. Não soube responder. Os advogados concluíram então que estas duas testemunhas não eram testemunhas de nada pois

O Plenário de sexta-feira

Na sexta-feira, dia 22, realizou-se na Associação do Técnico a RGA proposta na segunda-feira anterior. Nela analisou-se a nota ministerial, deu-se informação do que se passava nas outras escolas e discutiram-se algumas propostas para o Plenário, que não chegaram, contudo, a ser aprovadas por falta de tempo. Ao meio-dia, começou a decorrer o Plenário, na Cantina da CU, conforme decidido no Plenário anterior. Aí, analisou-se a resposta do Ministro e a sua nota oficiosa e aprovou-se uma proposta, apresentada pela RIA, em que se reafirmou a intenção das AAEE serem recebidas pelo MEN como representantes dos estudantes, salvaguardando a autonomia do movimento face à administração universitária, em que se convidam os professores e conselhos escolares de todas as escolas superiores e médias de Lisboa a tomarem posição perante a imprensa sobre os estudantes, as propostas apresentadas por estes ao MEN e a recente nota oficiosa e a repressão que pressupõe. Essa proposta dizia ainda para se realizarem reuniões por grupos de escolas, para discussão da Reforma geral do ensino e o estado actual do movimento, e para o processo ser conduzido pelas estruturas federativas. Para a concretização do que ficou aprovado, convocou-se para o dia seguinte, sábado, uma RIA em Económicas, às 15 horas.

Mais uma vez a Polícia

Conforme decidido, os estudantes juntaram-se em Económicas para a efectivação da RIA. Pouco antes do começo da reunião, alguns graduados da Polícia, acompanhados de elementos da PIDE, entraram na sala e disseram que a reunião estava proibida e ordenaram a saída imediata dos estudantes presentes. Cê fora encontravam-se duas carrinhas da polícia. Os estudantes saíram sem serem identificados.

Segunda-feira de manhã, a polícia esteve novamente à entrada da Associação de Económicas durante algumas horas.

só "sabiam" afirmar que tinham visto por uma assinatura o que é o papel que tem o notário. Testemunhas de defesa: só foram ouvidas nesta audiência testemunhas da nossa colega Luísa.

Dada a longa enumeração dos depoimentos feitos destacamos a declaração do Dr. Mário Valadas:

1. O movimento do ano passado foi um movimento de massas ao qual aderiram pelo menos 70% dos alunos do ISCEF;
2. Esse movimento estava alicerçado num conjunto de problemas sentidos na escola;
3. Não era um movimento comandado do exterior, por isso estranha essa ligação;
4. Que aos documentos, discussões, acções feitas durante o ano lectivo passado foram extremamente positivos pela possibilidade que teve de pôr em causa uma estrutura antiquada de ensino;
5. Um dos reflexos positivos que já teve este ano, embora seja ainda cedo para ver os resultados da "Reforma", foi o aumento de professores, de salas e os programas novos;
6. O esquema tradicional não servia pois se limitava em muitas cadeiras em os professores despejarem "meia dúzia de verdades ou falsidades" que os alunos teriam de re-

NOTÍCIAS DE COIMBRA

Em toda a academia de Coimbra foi decretada greve durante dois dias (18 e 19) em Assembleia Magna com a presença de cerca de 2000 estudantes. Os objectivos da greve eram o apoio aos estudantes de Lisboa a reivindicação da homologação de dois elementos da direcção da AAC (Junheiro e Domingos Lopes). Três membros da direcção deslocaram-se a Lisboa no sentido de serem recebidos pelo MEN e apresentar-lhe um caderno de reivindicações. Foi-lhes dada a mesma resposta que aos dirigentes de Lisboa: o Ministro só os receberia quando estivesse 'normalizada' a vida académica e acompanhados do reitor da universidade de Coimbra. Foi decidido então entrar em greve na manhã do dia 22, sexta-feira, dia da realização do Plenário em Lisboa. Na manhã desse dia os estudantes de Coimbra, ao dirigirem-se para a Universidade, depararam com piquetes da polícia, pides e funcionários das faculdades que só permitiam a entrada a quem apresentasse o cartão de aluno e assinasse uma folha dizendo que ia ter a aulas. Iam impedidos de entrar os estudantes mais activos. A abstenção às aulas nesse dia foi grande. Ao fim da tarde a polícia retirou.

Em Assembleia Magna realizada na passada segunda-feira em Coimbra, os estudantes decidiram apresentar uma contra-proposta ao MEN, sobre as suas exigências para conceder audiência aos representantes dos estudantes, cujo conteúdo é fundamentalmente semelhante à proposta que, no mesmo sentido, foi apresentada e aprovada no último Plenário dos estudantes de Lisboa. Entretanto, nas faculdades de Direito e Ciências, decorrem processos sobre as faltas e as frequências, respectivamente.

produzir no exame.

7. Que muitos dos programas tinham já pelo menos uma dezena de anos;
8. Que quanto à nossa colega, não acreditava na acusação de filiação política, tanto mais que esta aparecia ligada a uma actividade colectiva no ano passado, que o mesmo tinha observado de muito perto;
9. Não compreendia a gravidade das acusações de boicote de aulas, pois ele tinha estado presente em algumas sessões que foram feitas noutras cadeiras;
10. Na opinião dele, se não tivesse havido nenhum movimento reivindicativo o ano passado, tudo teria ficado na mesma;
11. A uma intervenção da acusação esclareceu que só por o acusador não conhecer o ISCEF é que se poderia admirar de haverem cadeiras onde os estudantes fizeram cursos organizados por eles.

(transcrito do boletim "Contra-Informação", da Associação de Económicas)

Julgamento de Estudantes no Tribunal Plenário

Começa-se agora a divulgar e a discutir nas aulas do nosso instituto reformado, o Estado como produto das contradições da sociedade, como possuindo uma clara natureza classista, em suma, como constituindo o lugar onde a burguesia (ou pelo menos a camada hegemónica dentro da burguesia) se organiza politicamente para resistir à ofensiva do proletariado e dos restantes grupos que minam o seu domínio.

A teoria perde sentido se não for verificada na prática. A experiência prática do julgamento actualmentemente decorrendo no Plenário da Boa-Hora de quatro colegas nossos é um bom exemplo prático demonstrativo de quanto o conceito classista do Estado é correcto e, mais, do carácter particular que a repressão política assume em Portugal. Com efeito, ela manifestou-se de modo violento e descarado. E isto devido a causas muito concretas:

-a fragilidade social e política da pequena burguesia no seio da qual não se formou ainda o forte contingente de "cois blancs" (funcionários e técnicos) que garantem (ou têm garantido) a estabilidade do domínio político da burguesia nos EUA e na Europa Ocidental;

-a força ascendente do proletariado, tanto numéricamente como nas forças expressivas da sua luta de natureza política e sobretudo económica;

-a insatisfação generalizada na juventude (sobretudo estudantil) devida não só às suas possibilidades de compreensão da realidade, mas também à insegurança causada pelas perspectivas de quatro anos (ou mais) perdidos na tropa colonial;

-as próprias contradições dentro da classe burguesa que actualmente revestem ao nível político formas renovadas com um desvio das práticas tradicionais de oposição democrática, e formação de uma forte concentração tecnocrática e com ares de social-democracia dentro das próprias estruturas do regime - a SED-ES tem representação quer na Assembleia, quer no próprio Governo;

-a fragilidade económica da burguesia (que a inflação e a falta de mão-de-obra mais acci-tual) leva a que tenha muitas vezes de recorrer à repressão imediata sobre reivindicações económicas, sobretudo quando estas afectam centros económicos fundamentais (Lisnave, Ferrovários, Carris).

O peso político da dominação da burguesia tem, pois, de ser declarado e de agir por meios violentos tanto mais quanto é essa própria intensidade e violência que geram uma "indesejável" politização latente das massas - tudo o que neste País se faça, que de certo modo rompa com a ordem fascista estabelecida, assume imediatamente um carácter político.

A teoria perde sentido se não for verificada na prática. Pois junta-se aos manuais teóricos marxistas o relato do julgamento da Boa-Hora que adiante divulgamos. A sua compreensão (duns e doutros) ficará surpreendentemente enriquecida.



A primeira sessão do julgamento

Cerca de 300 estudantes compareceram no Plenário da Boa-Hora para assistir ao julgamento político de 4 colegas nossos: Luísa Oliveira, Flávio Espada, Fernanda Gonçalves e Ezequiel Vicente.

Pelas 14 horas, um aparato policial avaliado em 40 PSP e 7 graduados tomou posição dentro do Tribunal com duas funções principais: 19. Impedir a entrada de mais pessoas no edifício; 20. Isolar dentro do edifício o sector da sala do Plenário.

Só 24 pessoas foram admitidas na pequena sala de audiências que já se encontrava metade cheia por 24 PIDEs. E de notar que a sala foi deliberadamente "arranjada" para conter ainda menos pessoas que nos outros julgamentos, pois em bancos para 7 pessoas só se podiam sentar 5, e 6 bancos tinham sido recentemente retirados da sala, como provava o desenho quadrangular a pé no chão. Os nossos colegas encontravam-se dentro de uma balaustrada com um metro de altura e isolados do público por uma outra balaustrada. No meio 8 pides.

O primeiro incidente deu-se quando o advogado Dr. Macafista Malheiros se dirigiu a dois dos acusados. Um agente da PIDE que tudo levava a ser o responsável da equipa, pretendia impedir esse contacto ao que foi respondido pelo advogado que se encontrava no exercício da sua função e que tinha o direito legal de o fazer. Ao agente exigiu a identificação do advogado e proferiu algumas ameaças. O advogado, já rodeado por 4 agentes recusou identificar-se, dizendo que tinha de o fazer ao tribunal. Nessa altura, entraram os juizes e o doutor Malheiros entregou-lhes um requerimento onde se afirmava ameaçado na sua integridade física, pediu ao Tribunal, um inquérito ao incidente verificado e que fosse

avisada a Ordem dos Advogados. Em resposta, o tribunal considerou que o incidente se tinha produzido antes do tribunal estar instituído e por isso indeferiu o requerimento. Em seguida, iniciou-se o julgamento. Foram entregues as refutações da acusação feitas pelos advogados de defesa Drs. Macafista Malheiros, José Carlos Vasconcelos e Luís Carvalho Oliveira.

Cada um dos nossos colegas fez uma intervenção negando a acusação e que em síntese estava subordinada aos seguintes pontos:

1. Foram presos e houve rusgas policiais sem que houvesse os necessários mandatos, o que é ilegal;

2. Não tiveram direito a qualquer assistência judicial dos seus advogados durante os seus interrogados da PIDE o que é ilegal.

3. Foram sujeitos a coacção física e moral na PIDE - tortura do sono (isto é, vários dias de interrogatórios contínuos e sem dormir) e um deles foi agredido à matraça por agentes, um dos quais se encontrava impunemente no tribunal;

4. Que os autos de declarações de alguns dos nossos colegas que continham as "confissões" de pertencerem ao PCP de fazer campanha contra a guerra, amnistia dos presos, boicotarem aulas e boicotarem exames não são de sua autoria mas sim dos agentes da PIDE encarregados do Processo nomeadamente o inspector Ferreira da Silva e o agente Santos Costa. Só a assinatura desses autos é que são deles, mas que foi obtida sob a coacção atrás referida;

5. Por isso negam a acusação de que os autos de declarações de alguns deles não têm qualquer prova material e sustentada;

6. Em relação, por exemplo, a boicota-gem de exames que consta na acusação era-lhes materialmente impossível fazê-la, pois era de conhecimento dos 3 mil alunos do Instituto que ele foi feito em Junho e os mesmos foram presos em Abril e princípios de Maio;

7. Ou os documentos ditos clandestinos eram papeis de circulação normal no ISCEF e muitos deles editados pela AE. Notou um dos nossos colegas que o papel "clandestino" que lhe foi apreendido em sua casa "A Teoria Marxista dos Ciclos" entrou posteriormente em Caxias por volta de Junho, pois era matéria oficial para o exame de Economia II;

8. Que desenvolveram em 64/65 e 65/66 uma actividade associativa e foram membros da Direcção da AE mas dado que todos eles passaram a trabalhar 6 horas por dia e estudar tiveram a partir de essa data de reduzir a sua actividade. Mas que essa actividade era perfeitamente legal;

9. Que o seu interesse pela defesa dos presos políticos não é qualquer actividade ilegal, pois quando foram presos foram visitados na prisão pelo Reitor da Universidade e pelo Presidente da AE, que se interessaram pela sua defesa sem que isso fosse considerado delituoso para os mesmos.

Passou-se a ouvir 2 testemunhas de acusação (aqui tornou-se necessário uma rectificação. Foi dito que só era um agente da DGS, mas de facto eram 2 agentes). Estas "testemunhas" não estiveram presentes nos interrogatórios. Só estiveram presentes no momento de assinatura dos autos. Nenhuma delas, largamente interrogadas pela defesa, pode dizer dias, horas e locais exactos onde esses autos foram assinados.

A 18. testemunha de acusação: foi oca-

(cont. na pág. 4)

Julgamento na Boa-Hora

Terminou na terça-feira o julgamento em Tribunal Plenário de quatro estudantes de Económicas (Párie Luísa Vaz, Fernando Flávio Espada, Ezequiel Matos Vicente e Maria Fernanda Matos), de que falamos num artigo deste "binómio". Todos tiveram a mesma pena: 20 meses de prisão correcional e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

COLEGAS CHAMADOS A PIDE

FORAM NOTIFICADOS PARA COMPARECEREM NA DGS, NO PRÓXIMO DIA 28, QUINTA-FEIRA OS COLEGAS JOSÉ F. MARQUES, J. MELO E SILVANO FERNANDO BRITO.

OS COLEGAS JOÃO VIEIRA, LOPES, CARLOS TOMÁS E RUI TEIXEIRA FORAM PROCURADOS PARA NOTIFICAÇÃO.

Mais suspensões no IIL

Foram suspensas de frequência das aulas as colegas Apolónia Alberto e Isabel Oliveira do Industrial. Eleva-se assim a 13 o número de estudantes daquele Instituto que se encontram suspensos.

Processos disciplinares em Direito

Foram instaurados mais 6 processos disciplinares a estudantes da Faculdade de Direito na passada segunda-feira.

BOICOTE ÀS AULAS - QUINTA FEIRA DE MANHÃ

Realizou-se na terça-feira ao meio-dia, no Salão Nobre do IST, uma reunião geral dos alunos do Técnico. No início foram dadas informações das novas medidas repressivas que se abaterem sobre os estudantes e de que damos informação nesta página.

Depois de discutirem essas medidas repressivas, assim como a nota oficiosa do MEN, os estudantes, discutiram e aprovaram duas propostas. Na primeira propõe-se que os estudantes do Técnico deem todo o seu apoio aos seus dirigentes que vão ser chamados à PIDE/DGS e que, como FORMA CONCRETA DE APOIO, se REALIZE NA QUINTA-FEIRA DE MANHÃ (altura em que os nossos colegas vão à PIDE) a PARALIZAÇÃO TOTAL DAS AULAS NO TÉCNICO e que haja reuniões de discussão sobre o tema "reforma-repressão". Na segunda proposta os estudantes repudiam a nota oficiosa do MEN, solidarizam-se com os colegas presos e suspensos das outras escolas e voltam a formular a sua reivindicação, aprovada no plenário de 18/1, de levantamento imediato dessas suspensões e libertação dos estudantes presos e afirmam ainda a sua disposição de impedir internamente a aplicação das medidas previstas nessa nota.

PARALIZAÇÃO DAS AULAS! REUNIÃO SOBRE REFORMA E REPRESSÃO!

NOVA OCA!

QUINTA-FEIRA DIA 28 DE MANHÃ

42 ANO DE QUIMICA CADEIRA DE METALURGIA

No passado dia 16/1, dia em que os estudantes de Lisboa haviam decretado greve às aulas, sendo o dia ocupado com discussões sobre vários problemas, o prof. Estácio Marques (da cadeira de Metalurgia do IST) afixou matéria respeitante à aula que deveria dar.

Em Reunião de Curso do dia 27/1 ficou decidido que na aula desse dia se comunicaria a não aceitação de nova matéria sempre a anterior fosse explicada.

Uma vez na aula os estudantes, ao pretendem expor a sua posição (tendo-se um dos colegas evidenciado), foram impedidos de o fazer pelo professor. Então os estudantes abandonaram a aula e dirigiram-se ao gabinete do Director onde o informaram do que se passara. O Director disse tomar conhecimento, comentando que o curso precisava de um sedativo, pois era muito agitado.

— A OUTRA FACE DA REFORMA ... —

(continuação de página 1)

— Eliminação das resistências da actual estrutura universitária e dos seus componentes mais reacccionários (reorganização administrativa, decretos sobre a cátedra e os concursos, etc).

— Eliminação do movimento estudantil, centrando-se em três pontos:

- tentativa de recuperação e enquadramento do movimento - participação como meio de tentar resolver em gabinete todos os pontos de atrito, seminários culturais para tentar canalizar a discussão política, etc.
- repressão maciça (que visa intimidar as

— Reformas parciais em pontos-chaves (Técnico, Económicas) embora com significados diferentes, pois se no caso do Técnico o elemento decisivo foi a necessidade de quadros técnicos para a indústria, no caso do ISCEF teve peso fundamental a necessidade de integrar o movimento estudantil que tenha paralisado o Instituto.

— Criação de novos institutos e faculdades que sirvam para eliminar ou diminuir importância de outros (teses de Miller Guerra das universidades paralelas) casos dos politécnicos (para ultrapassar o esclerosis em nível médio), de futuras escolas de ciências sociais, políticas, de administração, etc. (para resolver os problemas em Direito, ISCPU, Económicas, IES, etc).

grandes massas de estudantes e fazê-las recuar) e selectiva sobre os quadros (que visa conseguir um isolamento, intimidação e eliminação dos quadros mais activos), das asserções nos ministeriais no "velho-estilo".

- tentativa de criar uma direita organizada, que leve o movimento para fins reformistas e para colaboração com as autoridades em bases "participacionistas" (veja-se os recentes apelos à "maioria silenciosa" no bom estilo do Sr. Nixon nos Estados Unidos).

E pois no contexto desta política global e a longo prazo que se pode compreender o significado e o aparecimento neste momento de uma repressão generalizada.

(Este artigo conclui no próximo "binómio")